



VII SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO NA COMARCA DE PARACATU, ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 001/2018

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito, Rodrigo de Carvalho Assumpção, Diretor do Foro da Comarca de Paracatu, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, III, da Portaria Conjunta nº 297, de 5 de julho de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas existentes e que vierem a surgir, no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de graduação em Direito, na Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, incluída a seleção dos estagiários que atuarão nos Juizados Especiais, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da seleção pública os estudantes dos cursos de graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria Conjunta nº 297, de 5 de julho de 2013, alterada pela Portaria Conjunta nº 379/PR/2VP/2014, de 24 de setembro de 2014.

1.2 A seleção pública será executada e acompanhada pela comissão, a seguir indicada, que será presidida pelo primeiro membro:

1 – Juiz de Direito Rodrigo de Carvalho Assumpção;

2 – Cássia Ferreira Cordeiro;

3 – Cândida Maria Teixeira de Queiroz;

4 – Sandra Pimentel Álvares Campos.

1.3 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada de 6 (seis) horas diárias.

1.4 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ R\$ 1.047,00 (um mil e quarenta e sete reais) e, também, de auxílio transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a 10 % (dez por cento) do valor da bolsa de estágio.

1.5 A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes do curso de Direito interessados que cursam do **3º (teceiro) ao 8º (oitavo)** período do curso, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento dos requisitos quanto ao período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental do convocado.

2. DAS VAGAS E DOS CURSOS

2.1 A presente seleção se destina ao preenchimento das vagas de estágio junto às Varas do Fórum da Comarca de Paracatu e para o Juizado Especial.

2.2 A seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio e à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de **15 de janeiro de 2018 a 9 de fevereiro de 2018**,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

das 12 às 18 horas (horário de Brasília), na sala da Administração do Foro, 4º andar do Fórum Local, Avenida Olegário Maciel nº 193 – Centro, nesta cidade e comarca de Paracatu.

3.1.1 O estudante deverá comparecer ao local de inscrição munido de documento de identificação, nos termos do item 6.4.1, deste edital.

3.2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá indicar na respectiva ficha o turno em que poderá prestar o estágio.

3.3.1 A indicação do turno de interesse e/ou disponibilidade para estágio não obriga o Tribunal de Justiça a convocar exclusivamente para vaga existente no turno indicado.

3.4 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5 No período correspondente às inscrições, os candidatos que possuem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário nos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo, sendo que tal atividade será pontuada com 3 (três) pontos a cada 6 (seis) meses, que serão acrescentados à nota da prova (conforme previsto na Portaria Conjunta nº 283/13).

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato dever-se-á declarar com deficiência no momento da inscrição.

4.6 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no artigo 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.

4.8 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.9 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no ato da inscrição, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.12 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13 A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições diferenciadas indeferidos será afixada no quadro de avisos do 1º andar do Fórum Local, no dia 25 de setembro de 2013.

4.14 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.15 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.15.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar,

4.15.1.1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4.15.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.15.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.15.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1 Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento no ato de preenchimento da Ficha de Inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.

5.2 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na ficha de inscrição.

5.3 A Ficha de Inscrição é intransferível.

6. DA SELEÇÃO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

6.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Paracatu e as que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, será composta de questões objetivas e dissertativas.

6.1.1 A prova objetiva, não identificada, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 30 (trinta) questões, com valor de 1 (um) ponto cada e versará sobre Português, Direito Constitucional, Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, Juizados Especiais Cível, Criminal e da Fazenda Pública.

6.1.2 A prova dissertativa será composta de 3 (três) questões, conforme quadro a seguir:

QUESTÃO 01 (DISSERTAÇÃO)	VALOR: 20 (VINTE) PONTOS
QUESTÃO 02 (DIREITO PENAL)	VALOR: 05 (CINCO) PONTOS
QUESTÃO 03 (DIREITO CIVIL)	VALOR: 05 (CINCO) PONTOS

6.1.3 A dissertação compreenderá temas de conhecimento geral ou jurídico, dentre as matérias especificadas neste edital. A correção de todas as questões dissertativas observará o emprego correto da Língua Portuguesa, bem como a lógica e coerência dos argumentos do candidato.

6.1.4 O candidato não poderá ultrapassar o limite de 20 (vinte) linhas para a dissertação e de 10 (dez) linhas para as questões dissertativas.

6.2 A prova ocorrerá às **9 horas** do dia **18 de fevereiro de 2018**, na sede da Faculdade UNOPAR, com endereço à Praça Afrânio de Melo Franco, 63, Centro – Paracatu-MG, próxima ao Fórum Local e terá duração de 3 (três) horas.

6.2.1 O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

6.2.2 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6.3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.3.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

6.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

6.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário



fixado para seu início.

6.6 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6.7 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.

6.8 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

6.9 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas.
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

6.10 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6.11 Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

6.12 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6.13 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

7. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO

7.1 Serão atribuídos 02 (dois) pontos a cada 6 (seis) meses de atuação na função de conciliador voluntário, que tais pontos serão acrescentados à nota da prova

7.2 O candidato que atuou como voluntário nos Juizados Especiais deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.5 deste Edital.



8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 A nota final será obtida pela soma das notas alcançadas nas provas objetiva e dissertativa com aquela alcançada em razão da atuação de conciliador voluntário.

8.1.1 a nota da prova objetiva será calculada à razão de um ponto por acerto e a prova dissertativa será pontuada de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos, cada questão.

8.1.2 Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos pontos na prova objetiva e 60% (sessenta por cento) na prova subjetiva.

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

8.3 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 2003;
- b) tiver sido conciliador voluntário por no mínimo 06 (seis) meses;
- c) obtiver maior pontuação nas questões dissertativas;
- d) maior idade;
- e) sorteio.

8.4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

8.5.1 A classificação final será divulgada no Átrio do Fórum da Comarca de Paracatu e no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, endereço: www.tjmg.jus.br.

9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

9.1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Organizadora, contra as seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada;
- b) gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- c) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 9.1 deste Capítulo será de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.3 Os recursos mencionados no item 9.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Direção do Foro em duas vias e deverão ser entregues no Protocolo do Fórum da Comarca.

9.4 Os recursos deverão ser entregues ou enviados em um envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Seleção Pública para Estagiários, Ref. Recurso contra (citar o objeto do recurso), nome completo e número de inscrição do candidato.

9.5 O recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

- a) com indicação do número da questão questionada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato;



- b) em folhas separadas, para cada questão recorrida;
- c) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;
- d) sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- e) com argumentação lógica, consistente e com referência à bibliografia pesquisada para fundamentar seus questionamentos.

9.6 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

9.7 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no *Átrio* do Fórum da Comarca de Paracatu e no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, endereço: www.tjmg.jus.br.

9.8 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

9.9 Após a divulgação de que trata o item 9.7 deste Capítulo, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato na Direção do Foro até a data de homologação desta Seleção Pública.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1 - O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Paracatu do Estado de Minas Gerais será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail, além de publicação no *Átrio* do Fórum.

10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e por e-mail com os candidatos serão registradas pela comarca.

10.5 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

10.6 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para ao estágio;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone.
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

d) após ser convocado, não comparecer ao Fórum no prazo de 5 (cinco) dias.

10.6.1 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.

10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

10.8 Após ser convocado, o estudante deverá comparecer ao Fórum no prazo de 5 (cinco) dias.

10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 7 (sete) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;

b) folha de antecedentes policiais emitida pela Polícia Civil e certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal, Estadual e Militar (neste último caso, se o candidato tiver integrado a Polícia Militar), além das certidões de quitação eleitoral e de crimes eleitorais, emitida pela Justiça Eleitoral, referente aos locais em que o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

c) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;

d) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio transporte;

e) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

f) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.

10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que se recusar a observar as condições estipuladas pelo TJMG ou aquele que apresentar registros de inquéritos policiais, ações penais em curso ou sentença penal por crimes contra a pessoa, patrimônio, dignidade sexual, incolumidade pública, paz pública, fé pública e administração pública, além dos crimes previstos nas leis nº 8.072/90, 10.826/03, 11.343/06 e 12.850/13, punidos com pena de reclusão.

10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

11. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

11.1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria Conjunta nº 297, de 05 de julho de 2013, alterada pela Portaria Conjunta nº 379/PR/2VP/2014, de 24 de setembro de 2014.

12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 A seleção pública terá validade de 1 (um) ano a partir da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por uma vez, pelo mesmo período, a critério da Direção do Foro da Comarca.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

13.1 - Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas no Átrio do Fórum e no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, endereço: www.tjmg.jus.br.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.2.1 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.4 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.5 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.6 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.8 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

13.9 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.

13.10 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

13.11 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas no Fórum Martinho Campos Sobrinho, Avenida Olegário Maciel, nº 193 – Centro, telefone: (38) 3671-1761, ramal: 135.

13.12 O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz Diretor do Foro .

13.13 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.14 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

Paracatu, 9 de janeiro de 2018.

RODRIGO DE CARVALHO ASSUMPÇÃO

Juiz de Direito Diretor do Foro



ANEXO
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AVALIAÇÕES

PORTUGUÊS

- 1) Ortografia: emprego das letras; divisão silábica; acentuação gráfica; abreviaturas e siglas; sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; notações léxicas;
- 2) Pontuação;
- 3) Verbo: conjugação; classificação, formação, flexão (modos, formas nominais, tempos, número, pessoa, voz); locução verbal;
- 4) Análise sintática;
- 5) Sintaxe;
- 6) Crase;
- 7) Interpretação de texto;
- 8) Significação contextual de palavras e expressões;
- 9) Estruturação do texto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Dos princípios fundamentais;
- 2) Dos direitos e garantias fundamentais;
- 3) Da organização do Estado;
- 4) Da organização dos poderes;
- 5) Das funções essenciais à justiça.

DIREITO CIVIL

- 1) Parte Geral
 - 1.1) Livro I – Das pessoas;
 - 1.2) Livro II – Dos bens;
 - 1.3) Livro III – Dos fatos jurídicos;
- 2) Parte Especial
 - 2.1) Livro I – Do direito das obrigações;
 - 2.1.1) Título I – Das modalidades das obrigações;
 - 2.1.2) Título II – Da transmissão das obrigações;
 - 2.1.3) Título III – Do adimplemento e extinção das obrigações;
 - 2.1.4) Título IV – Do inadimplemento das obrigações;
 - 2.1.5) Título V – Dos contratos em geral;
 - 2.1.6) Título IX – Da responsabilidade civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1) Jurisdição;
 - 1.1 Conceito
 - 1.2 Equivalentes jurisdicionais
 - 1.3 Escopos da jurisdição
 - 1.4 Características principais
 - 1.5 Princípios da jurisdição
 - 1.6 Espécies de jurisdição
 - 1.7 Jurisdição voluntária
 - 1.8 Tutela jurisdicional
- 2) Ação;



2.1 Teorias da ação

2.2 Condições da ação

2.3 Elementos da ação

3) Código de Processo Civil: artigos 1º a 76; artigos 139 a 148; artigos 165 a 175; artigos 188 a 293 e artigos 294 a 311.

JUIZADO CÍVEL , CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

1) Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

2) Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

DIREITO PENAL

1) Princípios constitucionais penais;

2) Teoria da norma, âmbito de validade temporal e espacial. Conflito aparente de normas.

Contagem de prazo;

3) Tipicidade, ação e omissão, nexos de causalidade, elementos subjetivos, exclusão de tipicidade;

4) Ilícitude;

5) Culpabilidade;

6) Da tentativa; desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível;

7) Erro jurídico penalmente relevante. Erro de tipo e erro de proibição;

8) Das penas;

9) Extinção da punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1) Inquérito policial;

2) Ação penal;

3) Procedimentos;

4) Prisões e Liberdade Provisória e Outras Medidas Cautelares Diversas da Prisão.